

Políticos “Católicos” que Advogam Leis Abortistas e Sagrada Comunhão

Nuno Serras Pereira

18. 12. 2003

Há pecados que por serem graves ou mortais colocam o católico em condições tais de não poder receber a Sagrada Comunhão, a Eucaristia. E se forem públicos e obstinados o celebrante da Eucaristia ver-se-á perante o *dever moral grave* de recusar a Comunhão. Tal é o caso, por exemplo, dos casados validamente pela Igreja, que se separaram e vivem em nova união, registada ou não no civil (mesmo que, ultimamente, só Deus possa avaliar da responsabilidade subjectiva, a situação contradiz objectivamente de tal modo o que se celebra no mistério da Eucaristia que não admite a sua recepção). Outro exemplo a que se pode recorrer é o do racismo, ou o da pedofilia. Creio que ninguém com responsabilidades hierárquicas na Igreja aceitaria que políticos que promovessem e legislassem a favor destes crimes se pudessem abeirar da Comunhão Eucarística. A contradição seria tão patente, tão chocante e tão escandalosa que não admitiria dúvida nem ambiguidade alguma. De facto, “... qualquer ameaça à dignidade e à vida do homem repercute-se no próprio coração da Igreja, afecta o núcleo da sua fé na encarnação redentora do Filho de Deus, compromete-a na sua missão de anunciar o Evangelho da Vida por todo o mundo e a cada criatura” (João Paulo II, *Evangelium Vitae*, nº 3).

Como entender, então, que ao longo de tantos anos vejamos continuamente políticos que se dizem católicos e que têm graves responsabilidades no aborto, esse crime que de entre todos é o mais perverso e abominável, receberem a Santíssima Eucaristia? O Papa é muito claro “... No caso de uma lei intrinsecamente injusta, como aquela que admite o aborto ou a eutanásia, nunca é lícito [trata-se de um absoluto moral que não admite excepções e cuja matéria é grave] conformar-se com ela, nem participar numa campanha de opinião a favor de uma lei de tal natureza, nem dar-lhe a aprovação com o seu voto.” (João Paulo II, *Evangelium Vitae*, nº 73).

Há políticos católicos com responsabilidades na introdução e na manutenção de abortivos precoces tais como o DIU. *António Guterres*, quando deputado, votou a favor da liberalização do aborto até às 12 semanas, votou também favoravelmente a ignóbil “lei” abortista de 1984, já como Primeiro-ministro manifestou que continuava a concordar com ela, deu a sua anuência ao alargamento da mesma promovido por *Strecht Monteiro*, manteve o DIU e abriu a porta, através do Ministério da Saúde, à entrada em Portugal da pílula do dia seguinte, um abortivo precoce. A *Cavaco Silva* foi-lhe proposto, quando tinha maioria absoluta, que revogasse a “lei” iníqua de 84 e ele recusou; acresce que aquando da sua candidatura às Presidenciais manifestou publicamente a sua concordância com ela; como Primeiro-ministro manteve o DIU. Por altura do referendo sobre o aborto *Marcelo Rebelo de Sousa*, Presidente do PSD, e todo o partido com ele, repetiu até à exaustão que a “lei” infame em vigor era boa, justa e equilibrada. *Paulo Portas* bradou aos quatro ventos que também concordava com a mesma e hoje continua a dizer que é, tão-somente, contra a liberalização *total* do aborto.

Durão Barroso ainda não deu um passo para revogar essa “lei” injusta e selvagem, mantém a decisão de Guterres em relação à pílula homicida e deixa que se continue a comercializar o DIU (o Ifarmed, recorde-se, depende do Ministério da saúde). *Maria de Belém* em recompensa do seu empenho determinado em promover a morte legal dos bebês inocentes e indefesos foi escolhida para Presidente da Mesa Geral da União das Misericórdias. Toda esta gente, de “consciência tranquila”, comunga de mãos sacerdotais, perante as câmaras da TV, com ar beatífico e compungido, procurando entrar em intimidades celestiais com o mesmo Cristo que na Terra é, por responsabilidade deles, “legalmente” exterminado (as aspas servem para indicar que a legislação positiva chama impropriamente lei àquilo que é uma violência iníqua): “*Sempre que fizestes isto a um destes Meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes*” (Mt 25, 40).

Ora, o respeito pelo culto e pela reverência devida a Deus e a Seu Filho sacramentado, o cuidado pelo bem espiritual dos próprios, a necessidade de evitar escândalo, e a preocupação pelos sinais educativos e pedagógicos para com o povo cristão e para com todos, pedem que se pare, de imediato, com este escândalo. Primeiro, chamando esses personagens à conversão, para que se arrependam. Depois, exigindo a manifestação pública do repúdio de tais iniquidades monstruosas. E caso se recusem, denegando-lhes a Sagrada Comunhão.

Uma vez que estes contra testemunhos têm vindo, ao longo dos anos, a corroer as consciências não espanta que no jornal PÚBLICO de hoje deparemos com a seguinte informação: “O PSD e o CDS já clarificaram que nesta legislatura não admitem mexer na lei nem repetir o referendo ao aborto. Mas aceitam debater o assunto depois de 2006 e até *admitem, então, aceitar alterações à lei no sentido da descriminalização* (sublinhado da nossa responsabilidade).” De facto, se se pode admitir a despenalização e liberalização do homicídio/aborto em tantos casos, aceitá-lo e aboná-lo legalmente em mais alguns não difere essencialmente da “lei” anterior, mas tão só em grau, sendo por isso matéria opinável, sujeita ao mero jogo político partidário.

Estamos, pois, avisados! Podemos desde já encetar ou não um programa de Evangelização que provoque uma mutação cultural a favor da vida. E embora muitas coisas de grande mérito se tenham feito, em particular, desde o Referendo de 1998, temos, no entanto, preguiçado em relação à batalha cultural, mesmo dentro da Igreja.

Como não ficar assustado com o número de jovens que após dez anos de catequese é favorável à legalização/liberalização do aborto, e de catequistas e de leigos empenhados e de seminaristas e de religiosos e de sacerdotes? Mas, entre outras razões, como é que esta gente não há-de pensar que isso é uma opção verdadeiramente lícita e mesmo boa se aqueles políticos e demais personagens públicos que vê e ouve na rádio e na TV a advogarem a descriminalização/liberalização do aborto e a tomarem decisões propícias à mesma são afavelmente admitidos à recepção da Eucaristia?